

Livro didático de português: encadeamentos dialógicos para uma política linguística implícita

Portuguese textbook: dialogic threads to an implicit language policy

Ester Maria de Figueiredo Souza*
Dayana Junqueira Ayres**

RESUMO: Esse estudo aborda como objeto de investigação científica o livro didático de português explorando-o como um gênero discursivo, a partir do enfoque da teoria dialógica da linguagem. Processa-se a análise desse objeto por meio das noções de dialogismo e réplica dos estudos bakhtinianos em uma obra selecionada para compor o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2012 e 2015, a fim de identificar os encadeamentos discursivos de constituição de sentidos na avaliação dessa obra. Situa-se o PNLD, como uma política linguística implícita e o livro didático de português como um elo de expressão dessa política, visto que o PNLD convoca sujeitos sociais para o processo de avaliação do projeto editorial e discursivo da obra. Nesse artigo, de modo singular, verificamos que o PNLD, como uma política linguística implícita, cumpre um papel basilar no que se refere ao ensino de língua portuguesa, visto que é um objeto de ensino que impacta o processo de interação verbal e as atividades da aula de português.

PALAVRAS-CHAVE: Dialogismo. Gênero do discurso. Livro didático. Política linguística implícita.

ABSTRACT: This study discusses about the Portuguese textbook as a scientific object, exploring it as a discursive genre, from the dialogical theory of language viewpoint. The analyze of this object proceeds through the dialogic notions and the Bakhtin studies replica in a chosen selected work to compose the National Textbook Program - PNLD 2012 and 2015, in order to identify the discursive chain of meaning constitution in the evaluation of the referred work. The PNLD lies as an implicit language policy and the Portuguese textbook as an expression link of this policy, since the PNLD calls for social subjects for the evaluation process of the discursive and editorial design of the work. In this article, in a unique way, we find that the PNLD, as an implicit language policy, has a fundamental role with regarding to the Portuguese language teaching, as it is a teaching tool that impacts the process of verbal interaction and the activities of Portuguese class.

KEYWORDS: Dialogism. Educational book. Genres of discourse. Implicit language policy.

1. Introdução

O Livro Didático de Português, doravante LDP, pode ser analisado por divergentes correntes teóricas, dentre elas: a corrente que o analisa como suporte, ou seja, um material organizador do trabalho pedagógico (cf. MARCUSCHI, 2008) e a corrente que o considera um gênero discursivo (cf. BUNZEN, 2005; SOUZA e VIANA, 2011; TEIXEIRA e SOUZA, 2012).

* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: emfsouza@gmail.com

** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: dayana.ayres@hotmail.com

Filiamos a essa última concepção e avançamos na sua exploração quanto à diversidade de gêneros que o constitui, análise de aspectos cronotópicos e dialógicos sob o aporte da teoria bakhtiniana e o seu uso para o ensino de língua portuguesa na dinâmica de interação da aula. Conforme Bunzen (2005, p. 26), “[...] a defesa de tal posicionamento deve-se, principalmente, ao fato de considerarmos o conceito de gênero do discurso de base sócio-histórica e discursiva”. Ou seja, o livro didático é visto como “uma forma/modo de interação verbal criado no âmbito de determinada esferas da atividade humana, constituídas sócio-historicamente e que reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das suas esferas de origem e circulação” (id., *ibid.*, p.27).

Um dos pontos que nos faz admitir o LDP como um gênero discurso tem a ver com a função dos autores de livros didáticos, eles são os que produzem o enunciado, no sentido bakhtiniano do termo, para uma determinada geração; enunciados estes, “cuja função social é re(a)presentar para cada geração de professores e estudantes o que é oficialmente reconhecido, autorizado como forma de conhecimento sobre a língua(gem) e sobre as formas de ensino-aprendizagem” (id.,*ibid.*,p.11). Compreende-se, que os autores dos livros didáticos se juntam com outros agentes envolvidos no processo de edição para selecionar/negociar determinados objetos de ensino, elaborar os capítulos e apresentar conhecimentos sobre a língua materna e modos de construir o saber coletivamente.

Este artigo, problematiza as contribuições do estudo das políticas linguísticas implícitas, na e para a produção de enunciados do livro didático; pois admitimos que o Livro Didático de Português – LDP é produzido juntamente com o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, através do elo dialógico, a fim de revozear ideologias e diretrizes oficiais de ensino.

Para tanto, selecionamos uma coleção de livros didáticos dos que foram submetidos à avaliação do PNLD 2012 e 2015 e identificamos os elos dialógicos estabelecidos entre os autores da coleção selecionada e dos autores do PNLD no Guia-2015, em relação as críticas realizadas pelo PNLD na avaliação trienal do Guia-2012. Trazemos, assim, a concepção de atitudes responsivas postulada pelo Círculo de Bakhtin e a importância do livro didático, enquanto gênero discursivo, para as aulas de língua materna.

2. O enfoque bakhtiniano e as políticas linguísticas

Se por um lado observamos o crescimento de pesquisas sobre o livro didático, por outro vemos a necessidade de ampliar a sua interpretação como objeto cultural e gênero discursivo

sob o viés da abordagem dialógica bakhtiniana, visto a primazia de sua exploração como objeto histórico e manual de ensino. Bunzen (2005) mostra que embora o livro didático tenha sido tomado como objeto de estudo de várias pesquisas, desde a década de 60, estas têm enfoque de cunho avaliativo, pois ao traçar o perfil metodológico e epistemológico desses trabalhos, observou-se que eles, normalmente, apresentam caráter avaliativo, procuram avaliar os objetos de ensino, os aspectos gráficos e metodológicos e os conteúdos ideológicos veiculados nos livros didáticos; além disso, muitos trabalhos traziam e ainda trazem a hipótese de que o LD é a “muleta” do professor, ou seja, de que são os materiais didáticos que direcionam as aulas dos professores de língua materna, desconsiderando, assim, toda a complexidade da produção desse objeto cultural.

O uso que o professor faz do livro didático em sala de aula impacta na dinâmica da própria aula ao se considerar que a mobilização de saberes escolarizados sobre a língua portuguesa e suas práticas de ensino de leitura, escrita e análise linguística, bem como o ensino de literatura brasileira. Chama atenção fato de que a maioria dos cursos de licenciatura de língua materna constrói o fio condutor da interação entre o currículo sugerido para a série e sua organização de acordo com as propostas do livro didático. Quando as propostas de ensino são centradas no livro didático, ou seja, quando esse objeto é o condutor das aulas de língua materna, salienta Matencio (1994) que

[...] as possibilidades para o trabalho realizado em sala de aula são reduzidas. Ou seja, o conjunto de subsídios que o professor procura fornecer para que o aluno adquira novos conhecimentos deriva das expansões que o livro didático possibilita: o professor é quase um repetidor do que está no livro (p.98).

Sobre isso, Verceze e Silvino (2008) acrescentam que o livro didático não deve ser considerado como única fonte de conhecimento e que cabe ao professor conscientizar-se da necessidade de um trabalho diversificado e para isso buscar materiais e informações que complementem e enriqueçam o trabalho proposto pelo autor do livro.

Estudiosos da Linguística Aplicada, tais como Bunzen (2005), Souza e Viana (2011) e Teixeira e Souza (2012), apropriando-se de bases teóricas do Círculo de Bakhtin, promovem retomadas epistemológicas e metodológicas, ao apresentarem a noção de gêneros do discurso no interior do livro didático, buscando desvendar a intercalação, dialogia e processos de autoria no interior do objeto, bem como as relações dialógicas de seu uso e aplicação na sala de aula. Assim, requer-se uma abordagem interdisciplinar, visto o deslocamento desse objeto do âmbito

das ciências da educação, para o campo metateórico do discurso, da linguística aplicada e dos estudos bakhtinianos.

No específico das contribuições bakhtinianas, a compreensão da língua como processo de interação verbal e existência de duas forças que regem a vida da linguagem: a) forças de unificação e da centralização das ideologias verbais (forças centrípetas da língua) e b) das forças de descentralização (forças centrífugas da língua), respaldam nossa interpretação do livro didático como instrumento de política linguística implícita. De acordo com Bakhtin (2002), a visão de unidade linguística hegemônica decorre dos processos históricos da unificação e da centralização linguística. A língua única é abstrata e se opõe à produção discursiva, à diversidade, ou seja:

A estratificação interna de uma língua nacional em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas. (BAKHTIN, 2002, p.74)

E, ainda, na co-autoria com Volochínov, argumenta-se que o sentido das palavras é determinado pelo seu contexto e que

A língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos linguísticos enquanto fatos vivos e em evolução (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 112).

O livro didático adota as regras do padrão linguístico oficial, com a organização textual e discursiva eleita como mais próxima da gramática normativa. Nesse cenário de disputa entre o ensinado e o praticado nas situações de ensino e aprendizagem de língua, na heterogeneidade de cultura e valores da sala de aula, a língua está viva e, portanto, sujeita a incorporar e absorver outros estilos, pois o plurilinguismo e a estratificação social se insere e aprofunda na interação verbal. Portanto, forças centrípetas e centrífugas disputam esse espaço nas práticas discursivas, nos enunciados e interações entre os sujeitos, pois deles se alimentam e se constituem, mesmo tendo o livro didático a intenção de unificar esse cenário de disputa, visto que colabora para os processos de centralização da língua e o seu uso na sala de aula repercute na descentralização. Assim, intercalam-se vozes oficiais do que deve ser ensinado e aprendido, com as enunciações

da cultura que também é da língua, pois segue um padrão do sistema (forças centrípetas) e, ao mesmo tempo, revela-se como polifônico às forças centrífugas.

Corroboramos, assim, a relevância do referencial bakhtiniano, no âmago de sua apresentação do conflito de forças em disputa para criar e produzir enunciados concretos, para reafirmar que no cerne da Linguística Aplicada encontram-se possibilidades de des(re)velar de que modo o livro didático de português assenta ideologias que impactam definir padrões metodológicos de ensino de língua e como um apoio às transformações propostas pelos documentos oficiais, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais. Na prática pedagógica, é necessário que o docente compreenda quais as concepções de linguagem assumidas pelo material didático escolhido a fim de verificar se estas são as mais adequadas para o ensino de língua materna.

No esteio de conceber o LDP como um objeto cultural que absorve relações dialógicas na sua feitura e circulação, ao apresentar a temática das relações dialógicas Bakhtin (2011) se posiciona acerca da dimensão sócio comunicativa de um sistema linguístico. Essa reflexão bakhtiniana expõe, para a investigação sobre usos do livro didático, bem como para a análise da interação verbal e, a necessidade do reconhecimento de que a língua não é aprisionada em estrutura, mas vive, absorvendo e provocando mudanças, na prática viva da enunciação. Assim,

Contudo, não se deve pensar essa realidade sumamente multifacetada que tudo abrange possa ser objeto apenas de uma ciência – a linguística – e ser interpretada apenas por métodos linguísticos [...]. A linguística estuda apenas as relações entre os elementos no interior do sistema da língua, mas não as relações entre os enunciados e nem as relações dos enunciados com a realidade e com a pessoa falante (o autor). [...] O linguista se habituou a perceber tudo em contexto fechado único (no sistema da língua ou no texto linguisticamente interpretado, não correlacionado dialogicamente com o outro, com o texto não responsivo) e como linguista ele evidentemente está com a razão (BAKHTIN, 2011, p. 323-326).

No livro *As políticas lingüísticas*, escrito por Calvet (2007), o prefácio de autoria de Oliveira (2007) destaca que:

Faz pouco tempo que o termo ‘política linguística’ está circulando de maneira minimamente sistemática no Brasil, contrariamente ao que ocorre em vários outros países andinos. Na metade da década de 1980, por exemplo, fui aluno de um bacharelado em lingüística em uma importante universidade brasileira, com várias áreas de estudo, e não tive nenhum contato com o termo ou a disciplina (OLIVEIRA, 2007, p. 7).

Tomaremos por base a obra de Calvet (2007), para uma breve compreensão da noção de política linguística, doravante PoL. E também o estudo realizado por Tormena (2007) que traz contribuições de Klinkenberg a respeito da diferenciação terminológica da Política Linguística Implícita e da Política Linguística Explícita.

De acordo com Calvet (2007) uma ação planejada sobre a língua nos remete ao esquema em que se considera uma situação sociolinguística inicial, denominada S1, que ao ser analisada e tida como insatisfatória realiza-se uma projeção daquilo que pretende ser alcançado, denominado S2. A política linguística, portanto, está no campo da diferenciação entre os limites de S1 e S2 e o planejamento linguístico é o modo como se passará de um para o outro, ou seja, de S1 para S2.

Política linguística e planejamento linguístico são dois aspectos indissociáveis. Uma política sem o planejamento é ineficiente; e um planejamento sem uma política que o anteceda tende a fracassar. “A partir do momento em que um Estado se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber de que meios ele dispõe para isso.” (CALVET, 2007, p.61). Klinkenberg (2005) *apud* Tormena (2007, p.20) propõe a divisão entre política explícita e implícita. Para o autor, a política linguística explícita tem como foco a língua e a intenção de modificar, firmar ou bani-la, através de uma ação explícita do Estado, apresentada pelos documentos legais, tais como constituição, leis, decretos, resoluções etc.

Na PoL Implícita, por sua vez, a língua integra a política, mas não é o objeto central e nem o objetivo final da mesma. A PoL Implícita visa expor e/ou firmar uma língua e intervir no seu status. Por exemplo, os programas, parâmetros, orientações e recomendações etc, são utilizados como modo de orientar o trabalho e o currículo do professor e sempre carregam a concepção de ensino de língua materna, que são transmitidos ao público alvo (TORMENA, 2007, p.21).

Considerando a relevância do livro didático para as práticas do ensino de língua materna na escola, trataremos o PNLD como uma política linguística implícita. Alguns pontos favorecem ao PNLD como PoL Implícita, segundo Tormena (2007) o primeiro deles é a formalidade normativa conquistada que o torna quase que uma política de Estado; e segundo, o livro didático é o material majoritário no âmbito da sala de aula e a política do PNLD corrobora para isso.

Moita-Lopes (2003), qualifica o uso do LDP, ao constatar que:

O LDP, por seu papel de destaque nas salas de aula da maioria, senão da totalidade de nossas escolas públicas, se pautado em uma realidade explicitada de forma crítica, múltipla, onde não existam verdades absolutas, mas inúmeras interpretações, uma realidade, onde haja discussões sobre o que parece natural, sobre o que parece óbvio, e também sobre o que muitas vezes é apagado, camuflado como as “outras variedades” da língua presentes nos diversos gêneros textuais que circulam diariamente para leitura e escrita, poderá vir a se constituir um instrumento que ajudará a “dissolver” o que está “congelado na tradição da homogeneidade” (MOITA-LOPES, 2003, p. 19).

Os aspectos ideológicos do LDP são ressaltados por Batista e Rojo (2003) quanto aos objetivos de uniformizar e preservar o canône literário e linguístico da língua nacional.

[...] em todos os domínios de ensino de língua materna nos quais os livros são avaliados, há o privilégio da norma culta, língua padrão, língua escrita, gêneros e contextos de circulação pertencentes à cultura da escrita (jornalísticos, literários e de divulgação científica, sobretudo; portanto urbanos e, no caso brasileiro, sulistas). Na abordagem de leitura dos textos são priorizados o trabalho temático e estrutural ou formal sobre estes, ficando as abordagens discursivas ou a réplica ativa em segundo plano. A prioridade para a norma e a forma também é vista nos trabalhos de reflexão sobre a língua, pautados na gramática normativa e baseados nas formas cultas da língua padrão, nunca explorando diferentes variedades sociais ou geográficas da língua efetivamente em uso. Mesmo a presença de propostas de interações orais, devidas às indicações oficiais (PCN) de que o oral formal público deva ser tomado como objeto de ensino, passa ao largo do contraste seja entre as formas orais – em sua variedade e heterogeneidade – e as formas escritas em língua padrão, seja entre as diferentes variedades do oral em si (BATISTA; ROJO, 2003, p. 19-20).

Dentro da concepção de linguagem que assumimos e orienta este estudo, os aspectos éticos da linguagem, como ação humana que afeta as relações sociais, inserem a dimensão da responsividade do autor do livro didático quando da apresentação da avaliação do livro pelo grupo de especialistas do Ministério da Educação, publicado no Guia de livros didáticos. Assim podemos reconhecer e extrair quais vozes são replicantes, quando do percurso de seleção do livro didático adotado pelas instituições de ensino.

Na filiação dos estudos bakhtinianos, ao explorar o encadeamento dialógico entre livro didático/autor/política linguística, ressaltamos que a compreensão de um discurso/enunciado/palavra é sempre acompanhada da atitude responsiva ativa de seu enunciatador, com concordância ou discordância. O próprio enunciatador é respondente da ininterrupta cadeia enunciativa, validando, assim, o princípio dialógico e a presença do outro em alteridades, configurando-se a compreensão responsiva ativa, em que o reconhecimento de

si se dá pelo reconhecimento do outro. Ressaltamos, assim, esse aspecto da escrita bakhtiniana, a réplica e responsividade dos enunciados, da palavra em produção concreta de interação para extrair essas vozes. Pois, segundo Bakhtin (2011)

A obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas convicções, respostas críticas, influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura. A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras – enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2011, p. 279).

O processo de seleção dos livros didáticos envolvem questões de ordem orçamentária, logística e ao PNLD é destinado recursos do tesouro nacional. Envolve, ainda, a intermediação com os sistemas de ensino, quando da indicação das obras a serem financiadas. Nesse contexto, insurgem réplicas do diálogo social como respostas e contrapalavras ao discurso institucional. Necessário, se faz, considerar os encadeamentos dialógicos que se estabelece na avaliação da obra.

3. Contrapalavras dos autores de um livro didático em relação ao Guia-PNLD

Bunzen (2011) resenha sobre o surgimento e ascensão da disciplina e, em uma perspectiva histórica, atenta que as práticas escolares absorvem movimentos dialógicos, os quais são por ele denominados de permanência, rupturas, deslocamentos, sedimentação, tensão e escolhas curriculares. Pensamos que o livro didático de português é um elemento que se presentifica no agir docente e, por isso, impacta nesses movimentos e na seleção de saberes a serem escolarizados, visto que a disciplina, a partir do PNLD, cliva um modo de agir docente que apresenta uma reconfiguração de objetos de ensino e aspectos metodológicos sob a orientação do livro didático de português.

O *Guia de livros didáticos* PNLD tem por objetivo auxiliar os educadores das redes públicas de ensino na escolha do livro didático – ferramenta didático-pedagógica fundamental para as aulas, não somente de língua materna, mas de todas áreas. O *Guia de livros didáticos* resenha todas as coleções didáticas aprovadas pelo processo avaliatório oficial do PNLD.

Ao adotar uma determinada coleção de livro didático de português os educadores deverão questionar-se “Qual livro de português, quero adotar?”, “Quem são os meus interlocutores?”, “O livro escolhido cumpre o papel do ensino de língua materna?”. Isso fará com que a escolha ocorra de modo criterioso e garantida, o mais próximo possível, uma prática de ensino-aprendizagem significativa e inovadora.

Tomamos por base o legado deixado por Bakhtin e Volochínov (2009) para fundamentar a atitude responsiva do autor do livro didático na obra do ano 2015 em resposta a valoração apresentada no Guia-2012. Bakhtin e Volochínov (2009, p.99) resolvem o problema da linguagem afirmando que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da(s) enunciação (ções) e abdicam veementemente da concepção dos atos de compreensão como ato passivo que exclui de antemão e por princípio qualquer réplica e a instauração da interação verbal em dialogia: “[...] esse tipo de compreensão, que exclui de antemão qualquer resposta, nada tem a ver com a compreensão da linguagem. Essa última confunde-se com uma tomada de posição ativa a propósito do que é dito e compreendido” (BAKHTIN;VOLOCHÍNOV, 2009, p.102).

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda a comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (id., ibd., p.127).

Assim, esse artigo compreende a noção de diálogo como um acontecimento entre sujeitos

Diálogo e enunciado são, assim, dois conceitos interdependentes. O enunciado de um sujeito apresenta-se de maneira acabada permitindo/provocando, como resposta, o enunciado do outro; a réplica, no entanto, é apenas relativamente acabada, parte que é da temporalidade mais extensa, de uma diálogo social mas amplo e dinâmico (MARCHEZAN, 2014, p.117).

Não apenas o diálogo cotidiano é considerado, por nós, como interação, mas também outros diálogos devem ser considerados: quaisquer tipo de reação do eu em relação ao outro, em tempo ou espaço distinto, caracteriza a dialogia proposta pelo Círculo de Bakhtin em quase todos seus textos.

Selecionamos, no *Guia de livros didáticos* PNLD -2012 e 2015, um livro didático aprovado pela seleção oficial do PNLD – Língua Portuguesa: Linguagem e Interação, coleção organizada em três volumes e produzidas por Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnior – descrevemos a análise valorativa realizada pelo Guia-2012 acerca da coleção e comparamos a análise realizada no *Guia de livros didáticos* PNLD 2015. Desse modo identificamos os elos dialógicos construídos entre os autores da coleção em relação à avaliação realizada pelo Guia-2012, vale salientar a importância do diálogo entre estes interlocutores (autores do LD e Guia-2012), pois

[...] na produção do LDP são replicadas as sugestões dos documentos oficiais e as orientações teórico-metodológicas e editoriais da avaliação oficial dos LDP (...). Nesse processo, está envolvido também um movimento de (re)construção e de (re)significação de determinados objetos que estão, muitas vezes, numa arena de lutas e conflitos sociais e políticos, perpassados pelos fios ideológicos de seus agentes de produção (TEIXEIRA, 2011, p. 6).

As palavras do *Guia de livros didáticos* PNLD -2012 em relação ao seu outro, o livro didático em análise, discursiviza sobre a visão geral da coleção a partir de seis aspectos básicos: leitura, literatura, produção escrita, oralidade, conhecimentos linguísticos e manual do professor. No quesito leitura o *Guia de livros didáticos* PNLD-2012 afirma que tal ensino é favorecido através de uma coletânea de textos verbais e não verbais da esferas literária e jornalística (BRASIL, 2011, p.27).

A avaliação do *Guia de livros didáticos* PNLD-2015 ressalta diferentes gêneros e esferas que colaboram significativamente para a formação do leitor e levam em consideração o contexto da produção e a função social dos gêneros, suas características composicionais e linguísticas (BRASIL, 2014). Enquanto que segundo análise do *Guia de livros didáticos* PNLD-2012 o livro didático analisado apresentou apenas um trabalho centrado nas esferas literárias e jornalísticas, no *Guia de livros didáticos* PNLD -2015 o mesmo trata de diversas esferas e gêneros discursivos.

Em relação ao ensino de literatura, mudanças significativas foram perceptíveis entre o *Guia de livros didáticos* PNLD -2012 e o *Guia de livros didáticos* PNLD -2015. No primeiro, explicita-se que o trabalho com a literatura está focado na representatividade dos autores; já no segundo, que há expansão e melhoria dos textos, que apresentam informações sobre o contexto histórico em que as obras foram produzidas, as características do período literário e conceitos relativos à teoria (BRASIL, 2014, p.38).

As atividades de escrita e os diferentes letramentos ganharam destaque no Guia-2012 e no Guia 2015 esse padrão foi mantido. No tocante à oralidade, assim como o ensino de literatura, houve expansão e melhoria dos conteúdos: no *Guia de livros didáticos PNLD -2012* pontua-se que os diálogos orais e escritos se efetivam através do gênero entrevista e que este é adequado para as situações comunicativas diversas (PNLD, 2011, p.27); já no *Guia de livros didáticos PNLD -2015*, esse trabalho se materializa em variados gêneros que se apresentam nos 12 capítulos de cada volume da coleção, ou seja, aumenta-se a variedade dos gêneros discursivos orais e as possibilidades de estratégias de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2014, p.38).

Em relação aos aspectos relacionados aos conhecimentos linguísticos, na coleção analisada são tratados de modo genérico pelo *Guia de livros didáticos PNLD -2012*, onde se diz, apenas, que os fatos linguísticos selecionados são relevantes para o desenvolvimento da competência dos alunos (PNLD, 2011, p.27). Enquanto que na avaliação do *Guia de livros didáticos PNLD -2015* afirma-se que a coleção aborda aspectos textuais e discursivos dos gêneros em estudo e o estudo gramatical dos mesmos (BRASIL, 2014, p.38).

No último eixo abordado, manual do professor, o Guia-2012 colocou, apenas, que este apresenta contribuições para a formação docente, através de textos teóricos e sugestões (PNLD, 2011, p.27). Na avaliação do *Guia de livros didáticos PNLD -2015*, em relação a coleção, afirma-se que esta sofreu mudanças significativas, pois apresenta “respostas às atividades propostas no livro aluno, traz orientações específicas para a condução da proposta pedagógica da coleção, fundamentos teórico-metodológicos do ensino de (...) e sugestões de leitura para o professor.” (BRASIL, 2014, p.38).

Ao comparar as palavras enunciadas no Guia-2015, sobre o mesmo material didático, com as enunciadas no - *Guia de livros didáticos PNLD 2012*, verificou-se mudanças significativas. Apreendeu-se que essas mudanças se deram não apenas por conta do fator espaço-tempo, mas sim pelo fato de os autores do livro didático em questão expressarem suas contrapalavras, que são evidenciadas na avaliação feita pelo Guia-2015 e diferem das enunciadas na avaliação realizada no Guia-2012.

Por contrapalavras entende-se, em uma perspectiva bakhtiniana do termo, os enunciados que respondem ao nosso interlocutor. Ou seja, são as respostas formuladas a partir da relação com a alteridade em meio a compreensão ativa e responsiva.

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2011, p.271).

As contrapalavras dos autores do livro didático se materializam na atitude responsiva de compreender as palavras do *Guia de livros didáticos PNLD -2012* e responderem através das melhorias executadas frente aos aspectos apontados como pontos fracos. Através das enunciações realizadas no *Guia de livros didáticos PNLD -2015* sobre o livro didático em análise, verificou-se que o enunciados sofreram modificações em relação ao *Guia de livros didáticos PNLD -2012*. Vejamos no quadro 1, suscitantemente, os pontos fracos apontados no Guia-2012 e o comparemos em relação aos pontos fracos apresentados no Guia-2015:

| QUADRO ESQUEMÁTICO | |
|-----------------------|---|
| Pontos fortes | A abordagem dos conhecimentos linguísticos por destacar as dimensões textual e discursiva da língua. |
| Pontos fracos | Ausência de textos teóricos sobre a produção de literatura no Manual do Professor. |
| Destaque | Articulação entre os eixos de ensino, favorecida por projetos didáticos ao final de cada unidade. |
| Programação do ensino | A coleção prevê uma unidade por bimestre. |
| Manual do Professor | As respostas e os comentários às atividades aparecem logo após as perguntas, na parte que reproduz o Livro do Aluno, facilitando a consulta pelo professor. |

Figura 1. Avaliação do Guia-2012 da Coleção Língua Portuguesa: Linguagem e Interação.

FONTE: Avaliação do Guia de Livros Didáticos PNLD 2012.

Vê-se na figura 1, que a avaliação realizada pelo Guia-2012 apresenta como pontos fracos questões relacionadas ao ensino de literatura, em que se afirma o livro carece de textos teóricos sobre a produção de literatura e que o manual do professor também necessita de melhorias. Já no Guia-2015 vemos que houve mudanças na produção do livro didático; inferese, portanto, que as mudanças ocorridas foram benéficas e contribuíram para o melhoramento da coleção (figura 2).

QUADRO ESQUEMÁTICO

| | |
|------------------------------|---|
| Pontos fortes | Abordagem dos aspectos textuais e discursivos no eixo dos conhecimentos linguísticos. |
| Pontos fracos | Primazia da informação histórica em relação à de cunho estético. Estudo das correntes históricas da literatura, sem considerar as particularidades locais de cada movimento literário. |
| Destaque | A diversidade e a qualidade da coletânea, com textos do período literário em estudo e da contemporaneidade, articulados pelo tema. |
| Programação do ensino | Previsão de uma unidade por bimestre. |
| Manual do Professor | Apresenta orientações pertinentes ao trabalho desenvolvido no livro do aluno. |

Figura 2. Avaliação do Guia-2015 da Coleção Língua Portuguesa: Língua e Interação.
 FONTE: Avaliação do Guia de Livros Didáticos PNLD 2015.

Na avaliação do - *Guia de livros didáticos* PNLD 2015, o ensino de literatura progrediu significativamente; agora, apresenta os textos teóricos das correntes literárias, mas necessita de evitar a primazia do cunho histórico sobre o cunho estético e, também, valorizar as particularidades de cada corrente literária.

O manual do professor, por sua vez, mediante a valoração do Guia-2012 parece ter alcançado, ante a avaliação realizada pelo - *Guia de livros didáticos* PNLD 2015, grande progresso. Antes, foi descrito como esse manual estava disposto (respostas e comentários às atividades após as perguntas) na coleção; após a atitude responsiva dos autores do livro didático, verificou-se que a valoração do Guia-2015 sofreu alterações; agora, consta que o manual do professor apresenta orientações pertinentes ao trabalho desenvolvido pelo professor.

Em uma perspectiva discursiva, portanto, inclusa de historicidade e cultura, o livro didático de português é mais do que uma reunião de textos e recurso pedagógico, pois, a entrada do livro didático no itinerário de ensino e escolarização dos sujeitos impacta na organização do ensino, na seleção de autores e textos a serem explorados, na elaboração de exercícios em formatos de competências e habilidades a serem trabalhadas na sala de aula, para satisfazer necessidades de ensino e aprendizagem adequadas ao currículo em curso. Assim, há interesses que se conflituam até a entrada do livro na sala de aula da disciplina língua portuguesa, em função do percurso de planejamento de inscrição de obras a serem selecionadas até a avaliação

e adoção pelas escolas. Tudo isso envolve decisão de organismos de governo, editoras, professores e alunos (BUNZEN, 2007).

Ante a abordagem deste estudo, cabe ao professor ter a consciência de que o livro didático como objeto cultura revozeia ideologias que modalizam os objetos de ensino e, conofrme o foco deste estudo, o ensino de língua portuguesa expõe uma singularidade, pois, utilizamos da língua para expor a língua, em seu funcionamentenquanto estrutura e prática discursiva.

4. Considerações Finais

Este texto é desdobramento de pesquisa em curso, sabemos, portanto, que muito ainda poderia ser dito, como escrita científica. Partimos da indicação de tratar da necessidade de fenômenos sociais, como políticas linguísticas, sob o enfoque da dialogia entre livro didático/programas oficiais/autor, como resultantes de uma prática que encadeia sujeitos engajados em situações discursivas marcadas por papéis heterogêneos na cadeia de circulação discursiva.

Afirmamos que é importante verticalizar a análise de práticas educativas suportadas no referencial das concepção bakhtiniana de dialogia e autoria, vez que as ações na esfera escolar absorvem diretrizes historicamente constituídas de valores e crenças em relação aos usos de artefatos culturais, como o livro didático.

Em diálogo com Moita-Lopes (2003), continuamos a afirmar que o livro didático, sendo assumido como um gênero do discurso pelos professores, visto a sua expressão de diversidade de textos, materialidades discursivas, composição histórica e intercalada de enunciados, sendo abordado como objeto cultural nos cursos de formação de professores e analisado no interior das políticas linguísticas tende a qualificar o ensino de língua materna. Essa nossa posição é crítica à aplicação do uso como instrumento organizador do ensino, vez que o papel centralizador e estruturador do currículo escolar, não raras vezes, se resume à sequência didática dos conteúdos listados pelos livros didáticos.

A formação de professores, assentada na perspectiva de uma educação linguística inclui reflexões sobre a elaboração, implementação, programas e projetos estruturantes da política linguística pode auxiliar na tomada de decisão para o planejamento de ensino, provocando a criação de “projetos de dizer” que auxiliem a organização do ensino e aprendizagem de língua portuguesa, fixando a compreensão de que o livro didático, como um objeto falante do discurso

oficial, privilegia a seleção de textos e exploração de práticas de ensino que confluem para preservar a ordem linguística.

Houve preocupação dos autores dos LD em melhorar as questões colocadas como pontos fracos pelas resenhas do Guia 2012 no Guia 2015. Assim, vemos a importância das sugestões dos documentos oficiais através das políticas linguísticas implícitas para o ensino de Língua Portuguesa, pois é através das réplicas às sugestões do Guia/PNLD que os autores de LD produzem um objeto cultural de acordo com as propostas teóricas-didáticas-pedagógicas previstas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais instituídas para o ensino de língua portuguesa. Nesse artigo, de modo singular, verificamos que o PNLD, como uma política linguística implícita, tem um papel basilar no que se refere ao ensino-aprendizagem de línguas, visto que o livro didático é uma presença ativa nos cenários discursivos da aula de português.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 5ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra 6ª.ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M./ VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BATISTA, A. A. G. ; ROJO, R. (Orgs.). **Livro didático de língua portuguesa: letramento e cultura da escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Língua Portuguesa**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Língua Portuguesa**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BUNZEN, C. dos S. **Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

_____. Reapresentação de objetos de ensino em livros didáticos de língua portuguesa: um estudo exploratório. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores**. Campinas: Mercado de Letras, 2007. 228 p.

_____. A fabricação da disciplina escolar Português. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba. PR. N. 34, V. 11. p. 885-911, set./dez. 2011 Disponível em : <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=5670&dd99=view&dd98=pb>

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. IN: BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 173-186.

MATENCIO, M. L. M. O uso do material didático: referência ou condução? IN: **Leitura, produção de textos e a escola**: reflexões sobre o processo de letramento. – Campinas, SP: Mercado das Letras – Editora Autores Associados, 1994. p.96-98.

MOITA-LOPES, L. P. Socioconstrucionismo: discurso e identidade social. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003. p. 13-38

OLIVEIRA, G. M. (2007). Prefácio. In: CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, pp. 7-10, 2007.

ROJO, R. Materiais didáticos no ensino de Línguas. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo (Org). **Linguística Aplicada na modernidade recente** São Paulo: Parábola, 2013.

SOUZA, E. M. F. & VIANA, L. D. C. **Livro didático como gênero do discurso complexo**. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

TEIXEIRA, A. L. S. A transposição didática e os processo de edição de livro didático de língua portuguesa: um estudo de caso. **Anais do VI SIGET**, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFRN, 2011.

TEIXEIRA, A. de F. B. e SOUZA, E. M. de F. **O livro didático como gênero discursivo**: um “intervalo” para análise do projeto literário. Fólio – Revista de Letras, Vitória da Conquista. v.4,n.1., p.251-268. Jan/jun 2012.

TORMENA, T. A. **Política Linguística Implícita na virada do século XXI** – O Programa Nacional do Livro Didático. /Dissertação. Universidade de Brasília: Instituto de Letras. Brasília, 2007.

VERCEZE, R. M. A. N; SILVINO, E. F. M. **O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim.** Práxis Educacional, v.4, n.4. Vitória da Conquista, Jan./Jun 2008. p.83-102.

Artigo recebido em: 11.07.2015

Artigo aprovado em: 26.10.2015

Domínios de Lingu@gem